Exploração versus exclusão

Estado português organizou um sistema de rendas que serve uma aristocracia oligárquica, no quadro de uma globalização selectiva, em que ser explorado de forma capitalista, com na AutoEuropa ou nos países industrializados, é tido como um privilégio. Comparado com a exclusão legitimada pela dívida ou pelo estigma moral do subdesenvolvimento como castigo.

Na segunda sessão do colóquio foi pedido ao público o prévio visionamento da filme “Os Donos de Portugal”, para apoiar o diálogo com um dos autores, Jorge Costa. Em nota prévia, um participante comentava como escapa à opinião pública todo o enredo novelesco contado pelo livro e pelo filme. A trama a vida profissional e pessoal das famílias que herdaram o poder económico em Portugal, há muitas décadas para cá, adaptando-se aos diferentes regimes políticos, sempre à tona. Há, sem dúvida, um recolhimento ao *segredo social* desses enredos, por contraste evidente com o exibicionismo próprio das monarquias reinantes. Os VIP nacionais são uma imitação substitutiva, para entreter o público, dos enredos político-dinásticos que os monárquicos tecem. Em Espanha, ou em Inglaterra, os enredos reais são expostos e fazem parte de intrigas palacianas, ameaçando a própria subsistência da monarquia (dizem alguns). A *Hola* é, por isso, muito mais distintiva que as revistas nacionais.

O nosso convidado notou a presença da imprensa cor-de-rosa, a nível social, e a imprensa económica, a nível profissional, como expressões da solidariedade e identidade sociais de classe, onde se misturam traços aristocráticos, que durante toda a palestra não deixou de referir. Chegou mesmo a usar o termo casta para reforçar a noção do modo endogâmico como a burguesia nacional se fecha e estabelece, de forma longa e duradoira, desde o tempo da monarquia.

Esse uso foi contestado da assistência por falta de rigor científico, isto é, por uma das características das famílias poderosas portuguesas em democracia ter sido, como mencionou Jorge Costa, a porosidade social aberta à ascensão social de arrivistas sociais, em geral promovidos por via política – eventualmente por outras vias também mencionadas, como pelos negócios mediáticos, pelo meio da advocacia, pela banca que transitou do sector público para o privado. Processo esse de promoção social que se revelou hegemónico e suficientemente forte para ser capaz de ultrapassar as intenções ideológicas de potências industriais nacionais de afirmação da meritocracia – como os Amorim ou os Azevedos – e que se converteram ao comércio de bens essenciais em larga escala e à passagem por herança dos postos de direcção dos respectivos conglomerados empresariais.

A contradição entre as promessas meritocráticas de Belmiro, Amorim ou Soares dos Santos nos anos 80 e 90 (nas suas entrevistas publicadas por Maria Filomena Mónica, onde prometiam romper com a tradição das "velhas famílias" de passar a gestão ao herdeiro) e a prática concreta 20 anos depois, no momento da passagem do testemunho, entregue sem excepção aos respectivos filhos, pode ser facilmente confirmada.

A resposta de Jorge Costa foi no sentido de aceitar a incorrecção da expressão para definir a situação portuguesa actual, e de pedir clemência perante o facto de não estarmos perante um estudo científico, mas um modo coloquial de sintetizar e transmitir informação. Falar de aristocracia ou de castas para definir os poderosos deste país não significa estar a desqualificá-los como classe burguesa mas, sim, a caracterizar a especificidade da sua resiliência aos critérios ideológicos que os próprios gostam de entender como modernos mas que não aplicam. Ao contrário, mantêm uma recuada interpretação do que seja a modernidade, manifesta em comportamentos passadistas. (Terei de confirmar pessoalmente se este argumento foi a base da argumentação do nosso convidado, mas pareceu-me que sim).

Este comportamento não estará desligado do facto de a economia portuguesa, expressamente sintetizada por Jorge Costa, ter sido durante a democracia normalizada em Portugal, a banca, a construção e as grandes superfícies comerciais (acrescentar-lhe-ia a corrupção sistémica – incluindo tráficos de armas, drogas e pessoas, mas também manipulação judicial do parlamento, por via de escritórios de advogados, e exploração do território, por via da especulação urbana e da fiscalidade permissiva para os grandes infratores – e o turismo, embora tudo isto ande muito ligado). A desindustrialização programada a nível da CEE e UE em nome da nova economia, da sociedade da informação e do conhecimento, que esteve na base da avançada rumo à globalização do capital, revelou-se um cavalo de Tróia para o Ocidente. Ou pelo menos para os povos ocidentais, os tais 99% de que falam os *Occupy*. E essa desindustrialização, induzida especialmente para as periferias – a pretexto de terem menos produtividade, afinal foram esvaziadas de poder – é hoje evidente representar o desarme perante a dívida externa, de que depende o próprio fornecimento de bens essenciais à população. Com o estoiro da bolha imobiliária e a falência da construção e da banca, as grandes áreas comerciais só sofrem lá onde o poder de compra das populações é desviado e canalizado para pagar as falências em série e em larga escala dos bancos, envolvidos sistemicamente num jogo de créditos sem suporte outro que não a especulação, também em Portugal. O comércio por grosso, acabando por ser o último grande sector a cair, fá-lo de forma também irremediável, a não ser que haja uma reviravolta na política de austeridade com que se pretende secar o excesso de crédito anteriormente concedido, para originar lucros especulativos que têm de ser pagos aos que no papel de promotores e reguladores do sistema se fazem de vítimas – isto é, Estados sem fontes de rendimento (porque deixam escapar os amigos).

E quais são essas fontes de rendimento? O capital português, comparado com o espanhol e de outros países europeus, nunca foi grande, a não ser no comércio com outros mares e na abertura às marés do mundo – a começar pelas Cruzadas e pela mais velha aliança do mundo, com a Inglaterra, potencia marítima a que recorremos inúmeras vezes na nossa história em situações de extrema adversidade. E de quem contámos com o pragmatismo dos interesses daquele país – coisa que nos chocava, pois à falta de interesses claros, a diplomacia portuguesa tornou-se perita em criar ambientes emocionais de onde pudesse tirar algum proveito. As fontes de rendimento capitalista, no sentido mais estrito, industrial e de competência produtiva explorada pelos detentores dos meios de produção, tornaram-se mais dependentes do estrangeiro com a integração europeia. Devendo acrescentar-se que, internamente, as rendas – nas PPP e noutras obras públicas e contratos privados, cujas derrapagens são históricas e radicalmente incontroláveis – são provavelmente a esmagadora fonte de rendimentos da chamada burguesia portuguesa. Cada vez mais, por outro lado, as portagens e os IMI fazem do Estado português um beneficiário de um Estado rentistas (arrenda o território aos seus cidadãos) dificilmente fundado no capitalismo, porque esse é estrangeiro e alheio ao destino do país e dos seus povos.